



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA - SAR

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL- CEDERURAL

### 5ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial de Maricultura

Aos trinta e um dias do mês de maio de 2017, reuniram-se no auditório principal da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca os membros da Câmara Setorial da Maricultura. A reunião teve início com a saudação dos presentes pelo Presidente da Câmara Setorial, Sr. Leonardo Cabral da Costa, que na sequência passou a palavra para o Dr. Felipe Matarazzo Suplicy, Secretário da Câmara Setorial, apresentar o trabalho realizado entre março e maio de 2017, sobre a consulta ao setor produtivo a respeito da minuta de Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável da Maricultura Catarinense. O Secretário fez uma apresentação do Plano Estratégico e relatou que foram realizadas reuniões com lideranças da maricultura e autoridades locais nos municípios de Palhoça, São José, Porto Belo, Balneário Camboriú, Penha, São Francisco do Sul e Florianópolis, onde foram colhidas várias contribuições do setor produtivo. Adicionalmente, foi criado um grupo de “WhatsApp” com mais de 100 participantes para debater os problemas da maricultura catarinense e coletar contribuições do setor.

As principais contribuições colhidas foram: (a) São Francisco do Sul: Maior acesso à informação sobre as medidas de interdição por motivos sanitários (*P. marinus*) e melhor comunicação da CIDASC com os produtores afetados pela interdição; Desenvolver mecanismos de comercialização que permitam o escoamento da produção por um preço justo, evitando as perdas de produto no mar por desarticulação do produtor com o mercado; Fiscalização sobre a ocupação de áreas aquícolas que foram licitadas e que não estão sendo utilizadas – que sejam restituídas ao governo e licitadas novamente (onerosa); Rever o dimensionamento e a orientação e concluir a licitação de 20 áreas aquícolas ainda não licitadas; Adotar a utilização de GPS na coleta de amostras de água e carne do PECMB, para assegurar que a coleta é realizada no cultivo e não próximo a orla. (b) Penha: Facilitar o acesso dos produtores às licenças para extração de sementes em costões; Articular mecanismos de comércio contínuo seguro de sementes de mexilhão provenientes de outras regiões produtoras; Desenvolver técnicas para a provisão de sementes através do assentamento remoto de larvas produzidas em laboratório; Aprimorar o procedimento de emissão da GTA de forma a evitar possíveis discrepâncias entre os volume informado na GTA e os volumes efetivamente recebidos na planta de processamento; Melhor comunicação entre agentes de inspeção federal e CIDASC; Maior uniformidade de informações repassadas aos produtores pelos agentes da CIDASC (GTA em Kg ou dúzias); Promover a apoiar a organização dos produtores e processadores em associações e cooperativas, em particular as já existentes; Estimular a ocupação de áreas com maior dinâmica oceanográfica; Incluir a FAPESC como fornecedora de apoio financeiro para projetos de inovação tecnológica direcionados para a maricultura; Criar um comitê de gestão estadual para a maricultura catarinense; Incluir a UFSC e a UNIVALI nas atividades de pesquisa sobre o monitoramento ambiental das áreas de cultivo, juntamente com a Epagri; Estimular a oferta de serviço terceirizado de processamento; Estimular a criação de uma central de comercialização, onde o produto seria negociado antes de ser destinado às empresas e cooperativas de processamento. (c) Florianópolis – Norte da Ilha: Incluir atividades organizadas no setor para pressionar os órgãos responsáveis pela fiscalização e controle da descarga de esgotos sem tratamento; Apoiar o estabelecimento de

entrepasto de pescado em Santo Antônio de Lisboa, através da entrega do terreno e dos projetos de engenharia e arquitetura elaborados pela Prefeitura, para os produtores locais organizados em associação – A prefeitura de Florianópolis manifestou que não vai construir o entreposto de pescados, e que o mesmo deverá ser construído com recursos dos próprios maricultores; Buscar a flexibilização dos padrões do RIISPOA para inspeção sanitária de ostras cruas, junto ao DIPOA/MAPA; Aprimoramento do serviço de coleta de resíduos da maricultura; Discutir formas de apoio para a realocação de estrutura de cultivo fixas; Utilização de bombonas recicladas na maricultura – foi explicado na reunião que esta é uma escolha do produtor, deste que cumpra com as diretrizes para ocupação ordenada das áreas aquícolas; Buscar formas de seguro aquícola para a maricultura, bem como de seguro contra lucro cessante para períodos maré vermelha; Aprimorar o suprimento de sementes de ostras produzidas pelo LMM-UFSC; Alguns maricultores desta região manifestaram também que a marca de uso comum, “Moluscos de Santa Catarina” não é necessária, pois comercializam seu produto apenas localmente – esta contribuição não foi aceita pela Câmara Setorial por refletir o desejo de um número reduzido de produtores, e não uma visão estratégica do setor estadual como um todo. (d) Balneário Camboriú e Porto Belo: Inserção de tecnologia compatível com o produtor e repassada de forma acessível e prática para grupos de pequenos produtores; Elaboração de estratégia de venda que permita que as grandes empresas bem como os pequenos produtores realizem a venda de um produto rastreado e com garantia sanitária; Flexibilização de normas para inspeção sanitária para venda do molusco *in natura*; Selo de qualidade “Moluscos de Santa Catarina” no lugar de uma marca de uso coletivo; Inserir mais informações econômicas no Plano Estratégico comparando a realidade atual do maricultor com a situação prevista após a adoção de técnicas mais avançadas; Aumentar a fiscalização de grandes compradores para inibir a comprar de moluscos a partir de salgás sem inspeção; Assegurar que todos os produtores recebam a orientação e apoio, seguida de posterior fiscalização necessária para o setor sair da clandestinidade; Maior fiscalização de empresas que adicionam água em excesso em produtos congelados (fraude econômica); Maior fiscalização de indústrias que comprem produto processado clandestinamente e vendem como produto processado com inspeção sanitária; Forçar a regularização das salgás que tenham capacidade e fluxo de produção e reativar e apoiar as cooperativas que estão paralisadas; Buscar formas para que as cooperativas que foram criadas no estado também prestem serviço terceirizado de processamento com inspeção para produtores não cooperados; Buscar junto às autoridades a possibilidade de que maricultores com Registro de Aquicultor e Carteira de Pescador, possam vender pequenas quantidades de moluscos *in natura* para pessoa física, sem emissão de nota fiscal; Buscar forma de implementar um seguro para a maricultura, principalmente para prolongados períodos de marés vermelhas com proibição do comércio de moluscos das áreas afetadas; Criação de mecanismos a fim de dificultar a importação de mexilhão Chileno – Foi argumentado na reunião da Câmara Setorial que, em virtude do intenso comércio entre os dois países, o Brasil não pode tomar uma medida protecionista ou de reserva de mercado, contra moluscos chilenos. O correto é o setor catarinense buscar sua competitividade em um mercado globalizado - Aprimoramento no sistema de encomendas e de entrega de sementes de ostras do Laboratório de Moluscos Marinhos – LMM/UFSC. (e) São José – Desenvolvimento de uma melhor estratégia de comercialização, tendo como base a safra de ostras e período em que estão na melhor condição; Promover uma organização coletiva do setor para abordar seus problemas mercadológicos e trabalhar coletivamente no marketing do produto catarinense; Desenvolver formas de assegurar um preço justo, de forma a permitir que o produtor se especialize no cultivo e entregue sua produção para um processador, ao invés de processar clandestinamente e competir pelo mercado com um produto sem inspeção; Adotar ações de capacitação e de educação para auxiliar os maricultores a superar o perfil individualista e a dificuldade de trabalhar coletivamente, seja em associações ou em cooperativas; Desenvolver mecanismos transparentes e justos de integração de

produtores com a indústria. (f) Palhoça – Buscar formas de regular o mercado para evitar que a sobre oferta de mexilhões e a desorganização do setor resulte em baixa nos preços praticados, fazendo com que cheguem até R\$ 0,50/kg; Viabilizar apoio, incentivo para estimular uma liderança local e para prover orientação para reativar a associação local de maricultores. Propor mecanismos e alternativas atrativas para uma maior setorização da cadeia produtiva, como com produtores especializados na produção e fornecimento de sementes.(g) Florianópolis – Sul da Ilha: Apoiar o surgimento e operacionalidade de novos laboratórios de produção de sementes para assegurar o abastecimento deste importante insumo; Aprimorar o atual serviço de produção e entrega de sementes de ostras; Ativar a cooperativa de produtores locais que tem uma importância fundamental na promoção do comércio legal de moluscos na principal região produtora de ostras do Brasil; Realização de um seminário para troca de experiências e conhecimento sobre novas técnicas para cultivo e manejo de ostras; Cobrar maior fiscalização dos órgãos de governo para concluir o processo de ocupação ordenada das áreas aquícolas; Promover a realização de cursos ou seminários concomitantes com o lançamento de publicações técnicas da Epagri, visando uma melhor assimilação do conteúdo e um maior aproveitamento do material impresso; Disponibilizar material impresso instruindo o produtor sobre a tributação incidente sobre os produtos da maricultura; Desenvolver ações para viabilizar que produtores adotem a depuração para moluscos colhidos de áreas condicionadas à purificação ou tratamento térmico. (h) Grupo WhatsApp: Realização de um workshop sobre controle sanitário das áreas de cultivo e inspeção sanitária no processamento; Buscar a classificação das áreas em áreas condicionadas a depuração ou tratamento térmico e áreas livres para colheita e consumo sem tratamento prévio; Desenvolver mecanismos para viabilizar a depuração de moluscos pelo pequeno produtor; Formação de cooperativa estadual para comercialização e regulação de preços de moluscos; Apoiar iniciativas de novos laboratórios para produção de sementes; Aprimorar a qualidade das sementes produzidas no LMM-UFSC; Cobrar maior fiscalização de esgotos sem tratamento lançados no mar, bem como mais investimentos em coleta e tratamento de esgotos; Disponibilização de Serviço de Inspeção Municipal - SIM em todos os municípios produtores de moluscos; Desenvolvimento de estratégias para coibir e punir o roubo de sementes de ostras; Ampliar cursos de condutores de embarcação e ações para regularizar os barcos, com apoio das associações locais; Promover uma maior e melhor organização dos produtores, para aumentar sua representatividade e a sua participação na evolução da cadeia; Aprimorar o serviço de alerta aos produtores sobre a ocorrência de marés vermelhas; Concluir a licitação de áreas remanescentes do PLDM; Fiscalizar, retomar e ofertar novamente as áreas de cultivo concedidas e não utilizadas; Buscar a inserção do mexilhão no mercado institucional através do PAA e PNAE; Assegurar, aprimorar e requalificar o serviço de extensão para maricultura.

Apresentadas as contribuições colhidas nas reuniões com lideranças da maricultura e através do grupo de WhatsApp ou e-mail, foram abertas as inscrições para contribuições adicionais dos presentes na reunião. A Sra. Eva Terezinha dos Santos Ota da Prefeitura de Florianópolis convidou os presentes para o lançamento do Serviço de Inspeção Municipal – SIM e do caminhão do peixe 100% manezinho, no dia 9 de junho no gabinete do prefeito. Informou ainda que apesar da importante conquista, ainda existem desafios a serem superados para que o SIM se torne efetivo para todos os produtores interessados, como aspectos relacionados à regularização de propriedades em áreas da Marinha, com a emissão de um alvará condicionado, habite-se de acordo com o plano diretor que contém o novo zoneamento estabelecido para a cidade, juntamente com anexos e tabelas de uso e ocupação do solo que determinam o que pode ser construído em cada local. A consulta de viabilidade específica para cada terreno deve ser requerida pelo produtor no Pró-Cidadão. O Sr. José Alberto Queiroz, maricultor de Santo Antônio de Lisboa, reafirmou a necessidade do setor organizado cobrar ações de fiscalização da prefeitura e da Fundação do Meio Ambiente – FATMA para a construção de condomínios que

aumentarão o lançamento de esgotos sem tratamento nos riachos que cortam o bairro, bem como fiscalização de uma marina próxima ao cultivo, com lançamento no mar de esgoto sem tratamento das embarcações. O Gerente de Aquicultura e Pesca, Dr. Sergio Winckler, sugeriu que esta demanda específica e pontual seja encaminhada diretamente para a CASAN e Capitania dos Portos pela associação de produtores, que precisa se reorganizar para ter representatividade. O Diretor de Pesca, Maricultura e Agricultura de Florianópolis, Sr. Fábio F. Brognoli informou que a prefeitura está concluindo um projeto com a CASAN para aprimorar o serviço de saneamento na cidade, e que este projeto dependerá da contínua fiscalização e cobrança da sociedade civil organizada através de associações, juntamente com a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis – FLORAM e FATMA. Informou ainda que foi constituída uma Comissão de Meio Ambiente para debater o projeto da CASAN para a Baía Sul de Florianópolis, e que esta deverá atender uma série de condicionantes ambientais para dar andamento na construção de uma Estação de Tratamento de Esgotos – ETE no Rio Tavares. O ICMBio e a Resex de Pirajubaé também buscaram outras alternativas para o saneamento da cidade além da ETE do Rio Tavares, e que é importante que os produtores organizados acompanhem este assunto de perto cobrando a adoção de uma solução que não piore a condição sanitária das áreas de cultivo de moluscos. O Sr. Luciano Pires, maricultor de Sambaqui, questionou como ficará o tratamento de esgotos para o norte da Ilha. O Dr. Sergio Winckler respondeu que, segundo a informação que tinha, o esgoto dos bairros Cacupé, Santo Antônio de Lisboa e Sambaqui seriam direcionados para a ETE de Monte Verde. A Sra. Gioconda Lessing Rosito, maricultura de Santo Antônio de Lisboa, alertou para a necessidade da ETE da CASAN no bairro Monte Verde fazer um tratamento terciário de esgoto, dado que o nível de tratamento atual é insatisfatório. Informou ainda que a CSAN já foi solicitada a vistoria a poluição no riacho de Santo Antônio de Lisboa, mas que não atendeu o pedido dos maricultores. Foi sugerido pelo Dr. Sergio Winckler que a Câmara Setorial de Maricultura convoque técnicos da CASAN para apresentar aos maricultores os planos da empresa para sanar o déficit na rede de coleta e tratamento de esgotos na Grande Florianópolis. Ainda segundo o Dr. Winckler, o financiamento obtido pela CASAN junto a agência de cooperação internacional do Japão – JICA, somente foi possível dado ao argumento de que as obras de saneamento beneficiariam também o maior polo de produção de moluscos do Brasil. O Sr. Felipe Malagoli disse que apesar de ter sido dada ampla oportunidade para a participação de produtores no processo de planejamento estratégico, infelizmente muitos maricultores estão desestimulados e desinteressados em discutir o futuro do setor. Apesar disto, pediu que a Câmara Setorial de Maricultura mantenha as portas abertas para os maricultores que desejarem ingressar neste processo posteriormente. Recomendou também que a Câmara Setorial se concentre nas contribuições dos produtores que apoiam a iniciativa de planejamento estratégico e que priorize as ações, dando andamento em um ponto por vez. O Dr. Sergio Winckler lembrou a todos que o grupo de WhatsApp foi criado pelo Secretário da Câmara com o objetivo de auxiliar o processo de consulta ao setor produtivo, nas que este grupo não é oficialmente um grupo da Câmara Setorial de Maricultura, que é uma comissão constituída através de ato do Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca, com membros do setor produtivo e de instituições relacionadas com a maricultura. O Sr. Gilberto Manzoni da Univali parabenizou o trabalho da Câmara Setorial e argumentou que o foco na mecanização para aumento da produtividade não seria a prioridade, mas sim o escoamento da produção. O Sr. Fábio Brognoli informou que a Federação das Empresas de Aquicultura – FEAQ, obteve apoio do SEBRAE durante a execução de um projeto de quatro anos com fortes ações promocionais dos produtos da maricultura em várias capitais brasileiras, com excelentes resultados. Infelizmente, não houve continuidade destas ações quando o projeto foi encerrado, evidenciando um problema comum no Brasil que é a descontinuidade de ações apoiadas pelo governo. Ainda sobre este assunto, o Sr. Brognoli argumentou que não basta apenas a promoção para escoamento da produção, é preciso de competitividade e adoção de práticas de manejo e cultivo

mais eficientes, porque senão o produto final não consegue concorrer com os produtos importados que estão gradativamente ocupando o espaço do produto catarinense no mercado interno. O Sr. Herdras Luna, produtor e comerciante interestadual de moluscos ponderou que para escoar a produção estadual de moluscos é preciso uma união dos produtores para ofertarem produtos inspecionados e de qualidade, que poderiam ser produzidos nas plantas de processamento construídas e cedidas pelo governo, e que estão atualmente ociosas. O Sr. Felipe Malagoli expôs que a grande maioria dos produtores não aproveita as oportunidades para se atualizar e aprender novos conhecimentos, e que ainda há muito a ser feito no tocante ao marketing dos produtos locais, assentamento de sementes, desenvolvimento do mercado regional e que a integração de produtores com empresas de processamento e distribuição pode ser uma boa saída, desde que esta parceira seja realizada com base na ética e transparência, sem exploração do produtor. O Sr. Luciano Pires, produtor de Sambaqui, perguntou o que aconteceria com os produtores que não tenham ambição de aumentar sua produtividade e competitividade através da adoção de melhores técnicas de cultivo e adequação as normas para o comércio legal de moluscos. O Dr. Felipe Suplicy respondeu-lhe que o direito de o produtor não acompanhar esta evolução do setor deve ser respeitado, assim como deverá ser respeitado e apoiado o produtor com perfil mais empreendedor que deseja prosperar, aumentar sua produção, cumprir as normas exigidas para processamento e comércio de moluscos e atingir novos mercados. Foi explicado ao Sr. Luciano Pires que as exigências dos órgãos de fiscalização sanitária virão para todos, independentemente de seu perfil, e que dificilmente o produtor que não buscar ser mais competitivo e se legalizar, conseguiria se manter na atividade, de forma que ele deveria buscar se unir a outros produtores em associação ou cooperativa para comercializar sua produção de forma conjunta, atendendo a legislação e se beneficiando do comércio em maior escala. O Dr. Sergio Winckler sugeriu que fosse realizado um estudo com auxílio de economistas fazendo um comparativo entre micro e médio produtor, com relação a custos, verificando a escala mínima de produção para viabilizar a manutenção do produtor legalizado na atividade. Sugeriu ainda que as ações propostas no Plano Estratégico precisam ser ordenadas para definir quais são as mais prioritárias e que deverão receber maior atenção na execução de ações da Câmara Setorial. O Dr. Felipe Suplicy argumentou que embora seja preciso priorizar algumas ações, é importante que as ações sejam realizadas de forma concomitantes nos diversos entraves que impedem o desenvolvimento do setor, dado que as resoluções destas dificuldades apresentam diferentes horizontes temporais, bem com diferentes níveis de complexidade e de dependência de agentes externos. Mais ainda, se apenas um destes entraves não for superado, poderá pôr a perder a superação de todos os demais. Por isto o plano estratégico precisa ter uma visão geral de todos os entraves que afetam o setor e definir ações concretas e pragmáticas para cada um deles, e não necessariamente será preciso aguardar a solução de um para passar ao próximo, dado que as ações podem ser divididas em grupos de trabalho que atuam de forma paralela, e também porque a resolução de algum entrave possa depender de ações de alguma instituição externa à Câmara Setorial, e que possa atuar sobre a demanda e orientação desta. A Srta. Tailin Rieg, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA parabenizou a iniciativa da Câmara Setorial em propor e discutir um plano estratégico para a maricultura e disse que é muito importante que o setor organizado defina os rumos que deseja seguir, ao invés de depender da grande instabilidade política e institucional e enormes limitações do governo. Lembrou que ainda como técnica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, coordenou um grupo de trabalho para revisar e aprimorar a instrução normativa sobre a extração de sementes de mexilhão nos costões, e que apesar deste trabalho não ter sido efetivado, até o presente momento, através da publicação de uma nova normativa, ela se disponibiliza para fazer uma apresentação sobre o assunto quando a Câmara Setorial lhe solicitar. Em relação à conclusão do processo de licitação e concessão de áreas remanescentes demarcadas pelo Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura

– PLDM, a Srta. Tailin informou que enviou diversos ofícios para a sede do MPA e do MAPA solicitando providência e maior agilidade no assunto, e que nenhum destes ofícios foi respondido pelos gestores responsáveis. A grande instabilidade do órgão gestor da aquicultura no Brasil dificulta muito a qualidade do serviço público para este setor, de forma que foi recomendado pela Srta. Tailin que a maricultura catarinense se organize e busque seus atingir objetivos independentemente do governo federal. O Dr. Gilberto Manzoni ressaltou a necessidade de focar os esforços iniciais em fortalecer o comércio legal de moluscos, buscando meios de tirar todos os produtores do comércio clandestino. O Sr. Fabio Brognoli expôs que esta sempre foi uma prioridade da Federação das Empresas da Aquicultura – FEAQ, uma vez que até o momento o cenário é totalmente desestimulante para qualquer um que tentar se legalizar. A falta de fiscalização sobre o comércio clandestino estimula o processamento sem inspeção sanitária, enquanto o processamento inspecionado é extremamente fiscalizado. Mercados como o de Porto Alegre e Curitiba são dominados pelo produto clandestino comercializados por atravessadores. Não há como competir em condições e custos desiguais e é de opinião da grande maioria dos produtores, salvo poucas exceções, de que as regras devem ser seguidas de forma equânime por todos. O Dr. Gilberto Manzoni propôs a constituição de um Grupo de Trabalho (GT) da Câmara Setorial para trabalhar o tema do comércio legal de moluscos. Os membros deste GT serão: Fábio Brognoli, Herdras Luna, Ricardo Floriano, Leonardo C. Costa, Luciano Pires e Felipe Suplicy. O grupo de trabalho deverá se reunir e trazer uma proposta de trabalho até o dia 19 de julho, quando será realizado o Workshop sobre Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves promovido pela Câmara Setorial de Maricultura. O Dr. Gilberto Andrade do LMM-UFSC relatou que o laboratório já realizou dois workshops com técnicos e produtores e que os resultados destes eventos forma muito satisfatórios, permitindo inclusive que o LMM mantivesse sua atividade primordial para a maricultura, com o abastecimento de sementes de ostras, em um momento em que esta função estava sendo administrativamente questionada pela direção da UFSC. O Dr. Gilberto manifestou total abertura do LMM para que os produtores conheçam melhor o trabalho que é realizado com muita seriedade, profissionalismo e dedicação de técnicos que muitas vezes colocam a atividade do laboratório acima de seus interesses e compromissos pessoais, apesar das limitações e dificuldades administrativas como um laboratório da UFSC. Foi sugerido pelo Dr. Felipe Suplicy e totalmente acatado pelo Dr. Gilberto Andrade a realização de um workshop sobre sementes de moluscos promovido pela Câmara Setorial de Maricultura em conjunto com a Associação dos Maricultores do sul da Ilha - AMASI, com a presença de técnicos do LMM e do laboratório Blue WaterAquaculture – BWA, onde seriam apresentados os trabalhos que vem sendo realizados nas áreas de reprodução, diversificação de espécies, melhoramento genético, além da contribuição de produtores com informações sobre o desempenho de lotes de sementes em seus locais de cultivo. No mesmo workshop, que ficou pré-agendado para o dia 18 de agosto, dia do Maricultor, deverá também ser convidada a Srta. Tailin para apresentar o trabalho de revisão da IN sobre a extração de sementes de mexilhão nos costões rochosos e técnicos da CIDASC para orientar os produtores sobre o transporte seguro e responsável de sementes de mexilhão entre áreas dentro do estado, de forma a evitar a transferência de enfermidades entre regiões produtoras. Sobre o seguro contra prejuízos decorrentes de interdições por presença de marés vermelhas, foi proposto a formação de outro GT composto por Luciano Pires, Fabio Brognoli, Pedro Mansur, Leonardo Costa e Sergio Winckler, para retomar o assunto dentro da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. O Sr. João Lara Campos consultor especializado em genética de organismo aquáticos informou que se reuniu com o supervisor do LMM – UFSC e que estão discutindo o desenvolvimento de um projeto de pesquisa e desenvolvimento para aprimoramento das ostras *C. gigas* em Santa Catarina. Por fim o Dr. Sergio Winckler lembrou a todos da importância de manutenção da Associação Catarinense de Aquicultura – ACAq, cuja diretoria está com mandato vencido e

conclamou os presentes a organizar e propor uma chapa para substituição da diretoria atual, quando forem convocadas as inscrições e chapas e aberto o processo de eleição.

Nada mais a relatar,

Felipe Matarazzo Suplicy  
Secretario da Câmara Setorial de Maricultura